

A colocação pronominal em documentos adamantinos nas Minas Setecentistas¹⁰

Angelina Dayanne Santos Bittencourt (UFMG/FAPEMIG)

Bacharel em Letras/Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais.
E-mail: ad-bittenco@bol.com.br

Telma Almeida Nascimento (UFMG/FAPEMIG)

Graduanda em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais.
E-mail: telfmr@gmail.com

Resumo: Diversos trabalhos comparativistas constataam a existência de diferenças quanto à colocação pronominal dos clíticos no que diz respeito ao Português Europeu (PE) e ao Português Brasileiro (PB), fenômeno que diferencia a gramática nacional da gramática lusitana. Diante disso, e em conformidade com os estudos linguísticos vigentes, as pesquisas variacionistas apontam que, a partir do século XIX, houve mudanças sintáticas importantes no PB. Nessa vertente, análises de língua escrita na região de Diamantina, Minas Gerais, já sinalizam uma alteração na gramática brasileira, distanciando-a da gramática lusitana. Este trabalho cotejou os resultados encontrados na região de Diamantina com os já computados na região de Ouro Preto [cf. COELHO e PAULA (2011)], também no século XVIII. Com essa análise, buscou-se averiguar a relevância das Minas setecentistas nesse processo de mudança que acabou por culminar com uma mudança na gramática nacional. A partir dos resultados obtidos, pôde-se avaliar que a sintaxe de ordem da região de Diamantina se assemelha à de Ouro Preto, espezlhando, portanto, as normas contemporâneas.

Palavras-chave: Colocação pronominal. Minas Gerais. Período setecentista.

Abstract: A number of comparative studies have perceived the differences as to the pronominal placement of the clitics regarding European Portuguese and Brazilian Portuguese, a phenomenon that differs Brazilian grammar from Lusitanian grammar. Therefore, in accordance with the current linguistic studies, variational researches point out that from the 19th century there have been important syntactic changes in Brazilian Portuguese. In this aspect, analyses on written language from Diamantina (Minas Gerais) have shown a significant change in Brazilian grammar, distancing it from Lusitanian grammar. This work compares the results found in Diamantina with those already found in Ouro Preto [cf. COELHO e PAULA (2011)], also in the 18th century. The analysis sets off to investigate the relevance of 18th century Minas Gerais in this process of change, which brought a change in Brazilian grammar. From the results obtained, it was possible to observe that the syntax of position is similar in Diamantina and in Ouro Preto, which reflects the contemporary norm.

Keywords: Pronominal position. Minas Gerais. 18th century.

¹⁰ Trabalho desenvolvido sob orientação da Dr^a. Sueli Maria Coelho, professora adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Minas Gerais e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Processo n.: APQ-00749-12)

1 Considerações iniciais

A cerca das reflexões sobre a sintaxe de ordem, mais especificadamente sobre a ordem de colocação dos pronomes oblíquos, vários autores [TARALLO (1996) e PAGOTTO (1998)] têm estudado as questões que envolvem a mudança da posição enclítica para a posição proclítica assumida pelos falantes de português brasileiro (PB). Tarallo (1996) dedicou-se a descrever as mudanças sintáticas na virada do século XIX, apontando as diferenças entre o português d'além mar no final deste século. Entretanto, esse sociolinguista sugere que tal mudança pudesse ter começado em momentos anteriores ao século XIX, assumindo que “as circunstâncias sociais antes da virada do século podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer sua própria tinta” (TARALLO, 1996, p. 99).

Complementando o exposto, Pagotto (1999) também considera que a grande virada das mudanças se deu no final do século XIX, tendo em vista que este século foi

palco de uma contradição linguística aparente: de um lado é apontado como período em que o português do Brasil chega a um ponto de inflexão, na direção de suas características atuais; de outro lado, é reconhecido como o período em que se fixa a moderna norma padrão recomendada pelos manuais de gramática atuais. (PAGOTTO, 1999, p. 31)

Contrapondo as alegações proferidas pelos autores supracitados, Coelho e Paula (2011), em um estudo realizado na região de Ouro Preto, berço da cultura mineira no período setecentista, retratam traços que sugerem que tal mudança pudesse ter ocorrido já no século XVIII, divergindo dos estudos até então realizados.

Partindo da hipótese de que a região das Minas setecentistas exibe traços que diferem o Português Europeu (PE) do Português Brasileiro (PB), o objetivo deste trabalho é verificar se, assim como em Ouro Preto, a região de Diamantina também estaria apresentando tais traços distintivos. Desse modo, busca-se corroborar a hipótese aventada por Coelho e Paula (2011) de que

a colocação pronominal das Minas setecentistas já exibia traços da sintaxe contemporânea, demonstrando que, há pelo menos três séculos, existem peculiaridades no falar brasileiro, como a preferência pela próclise e a recusa pela mesóclise, que o distinguem da língua de Camões. (COELHO e PAULA, 2011, p. 126)

Sob esse ponto de vista, será verificado, por meio da análise de documentos adamantinos, se nas Minas setecentistas já existiam peculiaridades do falar brasileiro que permitiram a descrição da gramática nacional, divergindo, pois, do que foi proposto por Pagotto (1999), ao afirmar que a constituição de tal gramática se deu somente no século XIX.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: logo após as considerações iniciais, encontra-se, na primeira seção, o aporte teórico; na segunda seção, os aspectos metodológicos; na terceira seção, análise e discussão dos dados; e, por fim, as considerações finais.

2 *Aporte teórico*

2.1 *Posicionamento normativista acerca da colocação pronominal*

De acordo com a Gramática Tradicional (GT), os princípios acerca da colocação pronominal são apresentados pelos normativistas Bechara (1999) e Rocha Lima (2003), dentre outros, partindo de conceitos mais gerais e padronizados até abordagens mais específicas.

Desse modo, não é simples estabelecer uma rigidez nas regras sobre o estudo dos pronomes pessoais átonos que são seguidas pelos manuais normativos contemporâneos, pois não há um parâmetro fixo no que diz respeito à sintaxe de colocação. Dessa forma, Bechara (1999) define a sintaxe de colocação como sendo “aquela que trata da maneira de dispor os termos da oração e as orações dentro do período” (p. 581). Partindo para a classificação do que seja o pronome clítico, Bechara (1999) constata que “certos vocábulos perdem seu acento próprio para unir-se a outro que os segue ou que os precede” (p. 89). Assim, os pronomes átonos são classificados como *me, te, se, lhe(s), o(s), a(s), nos, vos*.

Ainda segundo o autor supracitado, dentre outros, o pronome átono pode assumir três posições em relação ao vocábulo tônico e é dividido em: (i) ênclise (Roubou-me um beijo.); (ii) mesóclise (Falar-se-iam sobre questões diversas.); e (iii) próclise (Ela o viu no shopping ontem.). Dizem-se próclíticos os pronomes átonos que precedem o verbo; mesoclíticos, os pronomes átonos que se intercalam ao verbo; e enclíticos aqueles vocábulos átonos que se pospõem ao verbo.

É possível extrair uma regra compartilhada por todos os normativistas consultados que trata a ênclise como a regra geral de colocação dos pronomes átonos. Silveira Bueno (1968), que também corrobora essa ideia, classifica os pronomes átonos como:

(...) partículas, monossilábicas e desprovidas de acento próprio que, na frase, são atraídas por outros vocábulos, formando com eles uma única expressão verbal. A estas partículas dá-se o nome de *enclíticas* porque, em regra geral, são colocadas depois da palavra acentuada que as atrai. Os pronomes pessoais, oblíquos, átonos *me, te, o, a, lhe, nos, vos, os, as, lhes* são enclíticos. Portanto, devem encontrar-se depois do verbo de que são complementos. (p. 380)

Diante disso, estudiosos como Said Ali (1908) alavancaram discussões importantes acerca da colocação pronominal, ao reconhecerem a importância de fatores fonéticos atuando em fatores sintáticos, ou seja, passou-se a aceitar que a colocação pronominal possa ser motivada por fatores fonéticos e não mais estruturais, como era abordada até então. Assumindo a mesma postura adotada por Said Ali (*op. cit.*), Bechara (1999) alerta para a urgência da valorização do PB em detrimento do PE, de forma que o autor orienta que, em diversas formas de uso, devem-se levar em consideração as questões pessoais de escolha, ou até mesmo eufônicas. Por esse motivo, “a pronúncia brasileira diversifica da lusitana; daí resulta que a colocação pronominal em nosso falar espontâneo não coincide perfeitamente com o do falar dos portugueses” [SAID ALI. 2,

p. 279 *apud* BECHARA (1999), p. 587]. Ainda segundo o autor, as questões de colocação podem passar pelos aspectos gramaticais, psicológicos e estilísticos.

No tocante, ainda, às regras de colocação, existem algumas ressalvas sobre as formas de uso, já que elas apresentam tendências gerais. Sobre isso, Bechara (1999) assume que

durante muito tempo viu-se o problema apenas pelo aspecto sintático, criando-se a falsa teoria da “atração” do *não*, do *quê*, de certas conjunções e tantos outros vocábulos. Graças a notáveis pesquisadores, e principalmente Said Ali, passou-se a considerar o assunto pelo aspecto fonético-sintático. Abriram-se com isso os horizontes, estudou-se a questão dos vocábulos átonos e tônicos, e chegou-se à conclusão de que muitas regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano. (p. 587)

Nessa mesma linha de pensamento, Melo (1968) também endossa a questão da “falsa atração”, constatando que não há como predizer o que o falante irá dizer, isto é, a fala é espontânea e acidental.

Apresentando um raciocínio complementar ao exposto acima, Cunha (1977) diz que qualquer ocorrência da colocação dos pronomes *antes* ou no *meio* da expressão verbal constitui exceção. Essa regra não assume uma postura tão rígida, pois a norma reconhece a presença de palavras atrativas que propiciam o uso da próclise, tais como palavras *negativas*, *advérbios*, *pronomes relativos*, *demonstrativos* e *indefinidos*, *conjunções subordinativas*, *numeral ambos* e *gerúndio* precedido de preposição *em*.

Essas palavras atrativas também ocorrem em lexias compostas, admitindo-se três divisões, sendo que são menos rígidas quanto à colocação das lexias simples. A próclise pode ocorrer em combinação ao verbo (Sempre *o* fizeram falar.); já a ênclise pode ocorrer tanto em relação ao auxiliar (Vocês podem-se preparar melhor.) quanto em relação ao verbo principal (Ele esteve olhando-me pela janela.). Como se observou pelos exemplos, não se usa pronome átono posposto ao participio.

Para tentar esclarecer as divergências entre norma e uso, os gramáticos tentam estabelecer alguma regulamentação embasada na norma culta. Nessa vertente, não é possível firmar uma linearidade entre as formas de uso do PB e do PE. É o que irá ser explanado na seção seguinte, quando se busca explorar o pensamento dos linguistas.

2.2 Visão dos linguistas perante a constituição da gramática nacional

Como já mencionado nas considerações iniciais, Tarallo (1993) e Pagotto (1998) assumem a constituição da gramática nacional no final do século XIX, determinada pelas circunstâncias sociais em que o país vivenciou em seu contexto histórico. “Esta mudança nos padrões normativos teria estreita ligação com o processo de europeização que o país sofreu ao longo do século XIX, assim como pode ter ligação com a forte imigração portuguesa verificada no século XIX” (PAGOTTO, 1999, p. 41).

O autor ainda afirma que “é no século XIX, portanto, que se dá a constituição de uma nova norma culta, que, obviamente, não abandona todos os traços da norma anterior” (PAGOTTO, *op. cit.*, p. 48).

Complementando o exposto, Oliveira (2010) assume a importância da colocação pronominal no que concerne às divergências sintáticas encontradas no PB e no PE. De forma que a autora afirma que,

no português brasileiro contemporâneo, os clíticos posicionam-se majoritariamente próclíticos ao verbo, mesmo em contextos escritos formais, sendo esta uma das diferenças sintáticas mais marcantes entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE). (p. 25)

No estudo feito por Pagotto e Duarte (2005), há um destaque quanto à posição ocupada pelos clíticos pronominais, já que os autores afirmam que o clítico possui um estatuto ambíguo, isto é, sintaticamente o clítico não possui uma função bem definida; além disso, sua posição pode oscilar dentro de uma mesma sentença.

A partir desse estudo, os autores supracitados abordam a questão dos clíticos pronominais sob outra perspectiva, constatando que a colocação dos pronomes clíticos está ligada ao fator de ordem social. Isso explica, talvez, a ideia de que a elite tende a se aproximar dos padrões lusitanos, contrapondo com as classes menos favorecidas, que tendem a se distanciar desses padrões, constituindo-se, assim, características genuinamente brasileiras.

Por outro lado, Coelho e Paula (2011) defendem que a constituição da gramática nacional se deu no século XVIII, a partir de um estudo realizado na região de Ouro Preto. As autoras mencionadas acreditam que as Minas setecentistas podem estar à frente no se refere à constituição da gramática do PB, dado que

a colocação pronominal das Minas setecentistas já exibia traços da sintaxe contemporânea, demonstrando que, há pelo menos três séculos, existem peculiaridades do falar brasileiro, como a preferência pela próclise e a recusa pela mesóclise, que o distinguem da língua de Camões. (p. 126)

Diante disso, sabe-se que em Minas Gerais, cenário de grandes acontecimentos em sua constituição histórica, Ouro Preto e Diamantina foram grandes regiões de exploração de metais preciosos. Além disso, alguns acontecimentos contribuíram para que o século XIX fosse alvo de mudanças linguísticas. Segundo Pagotto (1998), uma das contribuições para esse período foi o Romantismo, que marcou uma fase de popularização da língua; literatos como José de Alencar começaram a escrever suas obras de forma independente, o que significa dizer que escreviam de um modo, tipicamente, brasileiro. Desse modo:

(...) antes, restrita à nobreza, a literatura, bem como todas as formas de arte, experimenta no romantismo uma extrema popularização, abarcando um novo mercado consumidor formado pela burguesia ascendente. O artista, antes dependente de nobres mecenas, agora passa a viver da venda de sua obra. A imprensa se encarrega de difundir mais e mais os romances e a poesia. Isso significa que o escritor precisa alcançar um público maior e menos afeito às normas clássicas de expressão. É então que se dá o alçamento das formas gramaticais emergentes à condição de poder figurar no texto escrito.

O romantismo teria funcionado, assim, como o grande responsável pela mudança de postura com relação a certas formas até então “populares”. (PAGOTTO, 1998, p. 53-54)

De forma inovadora, Chaves (2013) assume que a imprensa foi um fator relevante para as mudanças linguísticas, principalmente no que concerne à região de Minas Gerais. De acordo com os dados encontrados pela autora referenciada, no século XIX, havia uma crescente quantidade de títulos publicados nas regiões de Diamantina e de Ouro Preto (cf. quadro 1), o que para o nosso estudo é importante, pois é um dado relevante para auxiliar na investigação da hipótese de que nas Minas setecentistas algumas mudanças linguísticas significativas para a identidade nacional já teriam ocorrido.

Quadro 1: Comparação do número de títulos que circulavam pelas duas principais freguesias de cada uma das quatro comarcas mineiras: Comarca de Vila Rica, Comarca do Rio das Velhas, Comarca do Rio da Morte e Comarca do Serro Frio, respectivamente:

Freguesia Data	Ouro Preto	Mariana	Sabará	São João Del Rey	Campanha	Barbacena	Diamantina	Serro
1820 – 1825	8	0	0	0	0	0	0	0
1826 – 1850	51	4	7	14	1	2	4	3
1851 – 1875	29	2	2	3	11	0	9	0
1876 – 1899	123	4	17	26	20	10	33	6
TOTAL	211	10	36	43	32	12	46	9

Fonte: Quadro retirado de CHAVES, 2013, p. 118.

De acordo com os dados de Chaves (2013), observa-se que as regiões de Ouro Preto e de Diamantina estavam à frente, quantitativamente, em relação ao número de periódicos impressos no século XIX, fato que favorece o possível pioneirismo da região mineira para as mudanças linguísticas, já no final do setecentos, conforme está sendo defendido. Na sessão seguinte, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa.

3 Procedimentos metodológicos

Com o intuito de testar a hipótese inicial de que a forma proclítica estaria mais frequente quando comparada com as formas mesoclíticas e enclíticas na região de Diamantina, no século XVIII, foi utilizado um *corpus* editado e compilado pelas professoras Dr^a Sueli Maria Coelho (FALE/UFMG) e Dr^a Alécia Teles Duchowny (FALE/UFMG), de propriedade da Mitra Arquidiocesana de Diamantina.

Este *corpus* é composto de 05 (cinco) documentos do século XVIII, assim caracterizados: (i) *Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco* (1778), (ii) *Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês* (1781), (iii) *Estatuto de Nossa Senhora do Amparo* (1782), (iv) *Estatuto do Santíssimo Sacramento* (1785), e (v) 88 *termos de devassa* extraídos do Livro dos Termos (1750).

Os estatutos de irmandade têm a função de estabelecer leis e de regular práticas de seus associados religiosos, além da finalidade de fixar os direitos e os deveres de seus membros. Essas agremiações tinham, também, a função de ajudar seus membros quando os mesmos precisassem de apoio, por meio da caridade, fato que as fez expandir, largamente, no período do ciclo do ouro. Ainda existiam as ordens terceiras, que se dedicavam a observar a vida cristã de seus membros; o objetivo dessas ordens era estabelecer regras religiosas para serem aplicadas na vida cristã diante do mundo. É importante destacar que os estatutos de irmandade abrigavam pessoas de classes sociais mais pobres, enquanto as ordens terceiras eram constituídas de pessoas de classes sociais mais elevadas.

Enquanto os termos de devassa, que estavam contidos no Livro dos Termos, eram formados por narrações investigativas de atos que não condiziam com a doutrina da Igreja Católica. O responsável por relatar esses termos era o secretário eclesiástico, que tinha por obrigação escrever em conformidade com a norma culta padrão, por se tratar de um documento oficial de investigação da devassa.

Já o *corpus* utilizado por Coelho e Paula (2011), na região de Ouro Preto, é constituído de cinco documentos formais (quitação de bens, certidão de banhos, escritura de venda de móvel, correspondência formal e carta de alforria), totalizando duas mil, quatrocentos e setenta e duas (2.472) palavras; e vinte e cinco documentos (25) informais (missivas informais e bilhetes) totalizando três mil, oitocentos e quarenta e seis (3.846) palavras, os quais foram escritos no período entre 1752 a 1794.

Para esta análise, utilizaram-se os cinco documentos que constituem o *corpus*, com o objetivo de manter uma padronização entre os dados a serem computados, já que o que se pretende não é comparar, quantitativamente, os resultados encontrados nas duas regiões, e sim fazer uma comparação diafásica entre os documentos adamantinos e ouropretanos. Para se chegar aos resultados, empregaram-se os mesmos critérios de análise adotados por Coelho e Paula (2011).

Os documentos da região de Diamantina são constituídos por textos escritos tanto pela elite local (*Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco*, *Estatuto do Santíssimo Sacramento* e *Termos de devassa*) quanto por pardos, negros e alforriados (*Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês* e *Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês*). Por esse motivo, acredita-se que há uma maior formalidade em documentos escritos pela elite e uma informalidade em documentos escritos pelos populares.

Além dessa divisão diafásica, analisaram-se, também, as ocorrências dos clíticos em lexias simples e em lexias compostas e verificaram-se quais palavras atrativas eram mais frequentes para a realização da próclise, critério também adotado por Coelho e Paula (2011). Para a coleta dos dados, foi utilizado o aplicativo AntConc.¹¹ Coletados os

¹¹O download do software pode ser feito, gratuitamente, através do site: (<http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/software.html>)

dados, estes foram dispostos em uma planilha Excel e a frequência foi calculada por meio de regra de três simples, tomando como parâmetro o total de itens encontrados no *corpus*. Em seguida, confrontaram-se os resultados encontrados em Diamantina com os resultados já identificados em Ouro Preto para verificar se a hipótese inicial se confirma. A partir dessas informações, segue, na próxima seção, a análise e a discussão dos resultados.

4 Análise e discussão dos resultados

Conforme mencionado nas seções anteriores, o objetivo principal desse trabalho é verificar se a forma proclítica já estava implementada na região de Diamantina assim como ocorreu em Ouro Preto, no século XVIII. O *corpus* é composto por três documentos que, por serem escritos pela elite local, possam se aproximar da norma culta padrão e por dois documentos que, por serem escritos por pardos, negros e alforriados, possam se aproximar na língua informal. Consideraram-se formais os seguintes documentos: (i) *Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco*, (ii) *Estatuto do Santíssimo Sacramento* e (iii) *Termos de devassa*, sendo aquele constituído por dezessete mil, trezentos e vinte e duas (17.322) palavras, esse constituído por cinco mil, oitocentos e cinquenta (5.850) palavras e este constituído por quatorze mil, quinhentos e quarenta e quatro (14.544) palavras, totalizando trinta e sete mil, setecentos e dezesseis (37.716) palavras. Já os informais são representados pelo (iv) *Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês* e pelo (v) *Estatuto de Nossa Senhora do Amparo*, sendo aquele constituído por cinco mil e seis palavras (5.006) palavras e este composto por quatro mil, trezentas e setenta e cinco (4.375) palavras, totalizando nove mil, trezentos e oitenta e uma (9.381) palavras. Sendo assim, todo o *corpus* é constituído por quarenta e sete mil e noventa e sete (47.097) palavras.

Foram encontrados, no *corpus* analisado, mil e oito (1008) ocorrências de pronomes clíticos átonos, sendo oitocentos e setenta e dois (872) casos de próclise, quatro (4) casos de mesóclise e cento e trinta e dois (132) casos de ênclise, conforme dados dispostos na tabela 1 e ilustrados, respectivamente, pelos exemplos a seguir, extraídos do *corpus*:

- (1) “(...) nem *lhe* mande Recados em publico nem secretos (...)” (*Termo de Devassa*, grifos nossos)
- (2) “Nomear-se-hão todos os annos nove Juizas, como por costume setem praticado, e as suas joias serão desenove mil e dusetos.” (*Estatuto de Irmandade de Nossa Senhora do Amparo*, grifos nossos)
- (3) “(...) e pello contrario dando *lhe* o Sindiconofi m de humanno as cLarezas, (...)” (*Estatuto de Terceira Ordem de São Francisco*, grifos nossos)

Tabela 1: Frequência dos pronomes oblíquos átonos

Próclise		Mesóclise		Ênclise	
872		4		132	
86,50%		0,40%		13,10%	

Fonte: *Corpus* analisado.

Como demonstram os dados dispostos na tabela, os casos de próclise são mais recorrentes em relação ao número de ênclise e de mesóclise, o que pode ser observado, também, quando se analisaram os dados formais e informais separadamente, quantificados na tabela 2 seguinte:

Tabela 2: Correlação entre a variável diafásica e a colocação pronominal

Próclise		Mesóclise		Ênclise	
Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal
712	160	2	2	85	47
70,63%	15,90%	0,19%	0,19%	8,43%	4,66%

Fonte: *Corpus* analisado.

As duas tabelas acima já corroboram, pois, a hipótese inicial de que a forma proclítica estava em evidência quando comparada com as formas enclíticas e mesoclíticas, contrariando a visão dos gramáticos tradicionalistas, os quais defendem, pautados na norma lusitana, que a regra geral é enclítica. O que mais nos chama a atenção é a semelhança dos dados, pois tanto em documentos considerados como formais quanto nos documentos considerados como informais há a prevalência da próclise, atestando ser a próclise a posição natural do clítico pronominal na região de Diamantina. Esses resultados já levam a cogitar sobre a constituição da gramática nacional ter acontecido no século XVIII, pois vão ao encontro dos resultados obtidos por Coelho e Paula (2011) na região de Ouro Preto, apresentados na tabela 3:

Tabela 3: Correlação entre variável estilística e colocação pronominal

Próclise		Mesóclise		Ênclise	
Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal
21	103	0	0	1	20
14%	71%	0%	0%	1%	14%

Fonte: Retirado de Coelho e Paula (2011, p. 119)

De acordo com o que foi demonstrado anteriormente, a língua escrita em Minas Gerais no século XVIII, nas duas regiões analisadas, apresenta, tanto em documentos

de maior formalidade quanto em documentos de menor formalidade, a preferência pela próclise, demonstrando que essas importantes regiões para o cenário socioeconômico de Minas Gerais, no período setecentista, possuíam uma gramática semelhante.

A principal distinção entre elas se dá no tocante ao emprego da mesóclise, que não foi encontrada nos dados de Coelho e Paula (2011), mas o foi nos documentos adamantinos: quatro (4) ocorrências, sendo duas em um único documento formal e duas em um único documento informal. Isso demonstra que os documentos de Diamantina, embora apresentem grandes semelhanças com os de Ouro Preto, possuem um grau de formalidade maior, o que levou a constatar uma aproximação maior com os padrões lusitanos.

Partindo para as lexias simples e compostas, encontrou-se um total de novecentos e dezenove (919) ocorrências de lexias simples, que correspondem a 91,17% do total de casos e oitenta e nove (89) ocorrências de lexias compostas, que correspondem a 8,83% do total de dados, conforme ilustram estes dados:

- (4) “Se hé cazado, com mulher que *o* dezacredita pella sua pessoa ou viver em fame (...)” (*Estatuto de Terceira Ordem de São Francisco*, grifos nossos)
- (5) “(...) minha authoridade que de direito *me* He permetida Como Visitador, (...)” (*Termo de Devassa*, grifos nossos)

Dentre as lexias compostas, 84,27% dos casos correspondem à próclise antes da combinação verbal, 2,25% correspondem à próclise ao verbo principal, 7,86% correspondem à ênclise ao verbo auxiliar e 5,62% correspondem à ênclise ao verbo principal. Assim como ocorreu nas lexias simples, em lexias compostas, a prevalência da próclise também é, majoritariamente, mais frequente, embora se constatem outras ordens para o clítico pronominal, como foi descrito pelos dados quantitativos ora apresentados e ilustrado nos exemplos que se seguem:

- (6) “Das pessoas que *aõ* de ser ademetida sa esta Ordem, eforma em que *o* devem ser.” (*Estatuto de Ordem Terceira de São Francisco*, grifos nossos)
- (7) “(...) vezitador de que mandou *o* note ficasse (...)” (*Termo de Devassa*, grifos nossos)
- (8) “(...) pedindo-*me* fosse servida de lho confirmar [;](...)” (*Estatuto de Irmandade do Santíssimo Sacramento*, grifos nossos)
- (9) “O Juiz eseos Mezarios desta nossa Irmandade todos geralmente, e cada hum de persi, cuidem na conservação da mesma, e devem defende-*la*, (...)” (*Estatuto de Irmandade Nossa Senhora das Mercês*, grifos nossos)

Resta, por fim, descrever os contextos de próclise, com o intuito de perceber se esta ocorre somente pelo fato de ser motivada por palavras atrativas, assim como é prescrito pelos gramáticos normativistas ou se não há uma previsão quanto ao uso de uma ou outra forma, demonstrando características de uma gramática nacional já consolidada. Para se alcançar tal feito, foram analisadas, separadamente, as lexias simples e as lexias compostas, conforme foi exposto na tabela 4 a seguir:

Tabela 4: Atrativos de próclise em documentos adamantinos

Lexia simples		Lexia composta	
Tipo de atrativo	Ocorrência%	Tipo de atrativo	Ocorrência%
Ausência de atrativo	35,58	Ausência de atrativo	31,58
Pronome relativo	25,1	Pronome relativo	18,42
Palavra negativa	17,72	Conjunção subordinativa	15,79
Conjunção subordinativa	7,77	Advérbio	15,79
Pronome indefinido	4,65	Pronome demonstrativo	6,58
Pronome demonstrativo	3,75	Conjunção coordenativa	5,27
Conjunção coordenativa	2,46	Palavra negativa	2,63
Advérbio	2,33	Pronome pessoal	2,63
Pronome pessoal	0,39	Pronome indefinido	1,31
Oração optativa	0,25		

Fonte: *Corpus* analisado.

De acordo com os dados da tabela acima, a ausência de palavras atrativas prevaleceu tanto nas lexias simples quanto nas lexias compostas, o que comprova que a forma próclítica está presente no português brasileiro, independentemente da presença ou da ausência de palavras consideradas atrativas, contrariando o que preceituam os gramáticos tradicionais, que se apoiam na norma lusitana para justificar a posição próclítica do pronome.

No tocante à ocorrência dos atrativos previstos pela norma, em primeiro lugar, está o pronome relativo em ambas as formas; as palavras negativas, em segundo lugar, nas lexias simples; e, em terceiro lugar, estão as conjunções subordinativas, que estão representadas em maior quantidade nas lexias compostas. Uma curiosidade está na alta frequência das palavras negativas (17,72%) nas lexias simples, contrapondo-se com a quantidade encontrada nas lexias compostas (2,63%) em se tratando da mesma classe de palavras atrativas, o que pode sinalizar que, nas lexias compostas, a próclise tende a ser mais natural, talvez porque ela se faz, normalmente, ao verbo principal. Outra discrepância ocorreu com a alta frequência da presença do advérbio em lexias compostas (15,79%) em relação às lexias simples (2,33%). Quanto às outras formas, é visível que elas ocorrem, embora se saiba que sua frequência é determinada pelo contexto de uso e elas são mais raras, pelo menos no *corpus* analisado.

Esta análise revelou que a próclise é a forma privilegiada pelos escreventes dos documentos adamantinos no período setecentista, o que mostra uma semelhança com os resultados encontrados por Coelho e Paula (2011) e por Pagotto (1999) em seu estudo sobre a Constituição da República (1892), o que atesta que, no século XVIII, a língua

de Minas Gerais já possuía uma sintaxe de colocação pronominal semelhante àquela identificada em outras regiões do país, no final do séc. XIX. Frente a esses dados, acredita-se que as condições sociais das Minas setecentistas foram suficientes para alavancar o processo de constituição da gramática nacional já no século XVIII, especialmente considerando a tese defendida por Chaves (2013) de que o surgimento de novos escritores e a grande quantidade de periódicos publicados nas duas regiões aqui analisadas determinou a constituição de uma gramática nacional, o que abre precedentes para trabalhos futuros.

5 *Considerações finais*

Neste trabalho foi desenvolvida uma análise quantitativa acerca dos pronomes átonos oblíquos na região de Minas Gerais, mais especificamente na região de Diamantina, em cotejo com os resultados obtidos na região de Ouro Preto, ambas do século XVIII. Teve-se como objetivo maior testar a hipótese de que, já neste período, o PB se distanciava do PE, exibindo uma gramática própria e contrariando alguns estudos linguísticos [cf. PAGOTTO (1999), TARALLO (1993), dentre outros] que consideram o final do século XIX como o período de constituição da gramática nacional.

Após o cômputo e a análise dos dados, observou-se uma semelhança significativa dos escritores adamantinos com os escritores ouropretanos. Os dados demonstraram que a próclise é mais frequente, o que atesta uma identidade da gramática nacional, distinta da lusitana. Quanto às lexias simples e compostas, também se obtiveram resultados expressivos em relação ao uso do clítico em posição pré-verbal, com ou sem a existência de atrativos. Ainda, de acordo com a classificação dos atrativos, se obteve certa estabilidade de uso dessas formas para as lexias simples e para as lexias compostas. Os dados demonstram, também, que, entre os elementos considerados como atratores pelas gramáticas tradicionais, as palavras negativas e os pronomes relativos são as categorias mais propícias a fazer o clítico deslocar-se para a posição pré-verbal. Quanto às outras tipologias de atrativos, é importante relatar que elas ocorrem, mas que são menos produtivas e que variam, em termos de frequência, nas lexias simples e nas compostas.

A análise dos dados confirmou a hipótese inicial, já que a forma proclítica foi a mais recorrente nos documentos adamantinos, tanto nos documentos formais quanto nos informais, fato que vai ao encontro dos resultados de Coelho e Paula (2011), apesar de nos dados ainda se encontrarem resquícios da gramática lusitana, com a presença de mesóclise. Mesmo assim, os resultados obtidos demonstram que o PB já exibia, no final do séc. XVIII, padrões próprios de ordem dos clíticos pronominais, distanciando-se do PE. Esses dados são uma importante contribuição para os estudos variacionistas, principalmente para os trabalhos que focaram nas mudanças ocorridas no século XIX.

A análise dos documentos ouropretanos e adamantinos mostra que, na região de Minas Gerais, o processo de mudança já se destacava no final do setecentos. Isso é decorrente de fatores sociais, econômicos e culturais das regiões de Minas Gerais, no século XVIII. Nesse período, as duas regiões analisadas ocupavam um importante espaço no cenário nacional, além de terem um grande número de periódicos publicados, fato que, acredita-se, tenha contribuído positivamente para que Minas Gerais come-

çasse a esboçar seus padrões gramaticais, ainda que em outras regiões do país isso não ocorresse.

Embora reconhecendo as possíveis limitações dessas análises, acredita-se na importante contribuição que elas podem proporcionar para os estudos linguísticos contemporâneos que, até então, radicam no século XIX a manifestação das mudanças presentes no PB. Entende-se que nesses dados há evidências de padrões gramaticais distintos dos lusitanos em Minas Gerais, no século XVIII, o que levanta a hipótese de que essas importantes regiões mineiras tenham alavancado o processo de mudança linguística que consolidou na constituição de uma gramática nacional.

Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BUENO, F. S. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 7 ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1968.

CHAVES, Elaine. *O Surgimento do Português Brasileiro: mudanças linguísticas e mudanças tecnológicas no Brasil, séculos 18 e 19*. 241 f. Tese (Doutorado em Letras)- Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

COELHO, S. M.; PAULA, T. F. *Colocação pronominal nas Minas setecentistas*. *Revista Alpha*, Patos de Minas, n. 12, 112-127, novembro, 2011.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura Fundação Nacional de Material Escolar, 1977.

DUARTE, M. E. L.; PAGOTTO, E. G. Gênero e norma, avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: LOPES, C. R. S. (org.) *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, p. 67-82, 2005.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

OLIVEIRA, S. M. A ordem dos clíticos no Português Brasileiro do século XIX. *Eletras*, vol. 20, n. 20, p. 25-36, julho, 2010.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Norma e condescendência: ciência e pureza. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. (orgs.) *Língua e instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes Editores, N. 2, p. 49-68, 1998.

PAGOTTO, Emilio Gozze. A norma das constituições e a constituição da norma no século XIX. *Linguagem e preconceito*. *Revista Letra*. Ano VIII. V 1 e 2, 1999.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa: curso médio*. 16 ed. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora, 2003.

SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6 ed. Rio Janeiro: Acadêmica, 1966 [1908].

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 69-105, 1996.